



CAÁLA
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO

DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

EVARISTO CASSOMA CAMALA

PFC-EMPRESA

**CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO
DO ALAMBAMENTO NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.**

CAÁLA-2023

EVARISTO CASSOMA CAMALA

**CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO
DO ALAMBAMENTO NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentada ao Departamento de Ensino e Investigação, como requisito parcial à obtenção de grau de Licenciatura, no Curso de História do Instituto Superior Politécnico da Caála.

Orientador: António Mota.

Dedico este projecto de pesquisa aos meus pais pelos princípios, educação e valores que sempre me transmitiram e que sempre fizeram todo esforços para o meu crescimento pessoal e académico, também dedico este aos meus filhos pelo incentivo que tenho merecido.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar até ao cimo da montanha e contemplar o imenso vazio do cume, é realmente muito gratificante. Mas, nada é superior à árdua caminhada desde a baixo até as grandes e muitas dificuldades percorridas, para superar as contrariedades da subida e hoje, venci as barreiras.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pai todo poderoso, por me ter concedido à vida, saúde, força, coragem, inteligência e sabedoria até chegar ao cume da montanha com muita determinação, responsabilidade, e por concluir esta etapa com sucessos.

Aos meus pais, à minha esposa, aos meus filhos e aos meus irmãos.

Ao corpo docente do Curso de História, especialmente à professora Juliana Elende, Felicidade Humba, Frederico Capuca, Agostinho Milagres, Eulária Tchipita Wongo, João Sicato Kondjo, Anacleto Rodrigues, e também não posso me esquecer o Dr. Martinho Canda Tchitoma, que foi a figura que ajudou-me tanto a elaborar este trabalho.

A todos os meus familiares e amigos, minha fonte de inspiração, pela amizade, carinho e compreensão nas minhas ausências em momentos especiais da minha vida.

A todos os colegas de formação, pelos apoios prestados, pelos ânimos nos momentos difíceis, e por tudo que enfrentamos ao longo desta caminhada. Um agradecimento muito especial a todos vocês que de forma directa ou indirecta contribuíram para o sucesso desta formação e deste trabalho!

Claramente que não posso me esquecer do corpo de Júri que praticamente tem mostrado um excelente trabalho!

O meu muito obrigado!

RESUMO

No presente trabalho se faz uma abordagem sobre a Criação de um Centro de formação e Divulgação do Casamento Tradicional vulgo (*alambamento*) no município da Caála, com principal destaque ao Casamento dos *Ovimbundo* concretamente no Município da Caála. É de conhecimento comum que o casamento é uma instituição de capital importância em todas as sociedades, pois nela, reside o garante da continuidade da espécie humana, na fortificação de famílias, da sociedade e do Estado. O trabalho que aqui se apresenta, está estruturado em três capítulos, no primeiro capítulo fizemos a breve discussão teórica, o enquadramento histórico das comunidades *ovimbundo*, a cultura nas comunidades *ovimbundo*, a organização política dos povos *ovimbundo*, rituais do casamento tradicional em Angola, o ritual de casamento dos *ovimbundo* no Município da Caála. No segundo capítulo, falamos sobre a idade do casamento dos jovens *ovimbundo* no Município da Caála, o jovem *ocimbundo* na procura da sua noiva, pedido do jovem *ocimbundu* à menina, a apresentação e as suas práticas, *alambamento* (*ovilombo*) no casamento dos *ovimbundo* na Caála, deveres da família do noivo e da família da noiva na preparação do casamento, a poligamia nas culturas *ovimbundo*, o divórcio nas comunidades *ovimbundo*, as consequências do divórcio nas comunidades *ovimbundo* no Município em questão. O terceiro capítulo ficou reservado para análise e tratamento de dados, apresentação da população e amostra, instrumentos da pesquisa, sugestões, bibliografia, conclusões e anexos.

Palavras-Chaves: Alambamento, Ovimbundo, Hábitos e Costumes.

ABSTRACT

In the present work, an approach is made to the Creation of a Training and Dissemination Center for Traditional Marriage (alambamento) in the municipality of Caála, with main emphasis on the Marriage of the Ovimbundu, specifically in the Municipality of Caála. It is common knowledge that marriage is an institution of capital importance in all societies, because in it lies the guarantor of the continuity of the human species, in the fortification of families, society and the State. The work presented here is structured in three chapters, in the first chapter we made a brief theoretical discussion, the historical framework of the Ovimbundu communities, the culture in the Ovimbundu communities, the political organization of the Ovimbundu peoples, traditional marriage rituals in Angola, the wedding ritual of the Ovimbundu in the Municipality of Caála. In the second chapter, we talk about the age of marriage of Ovimbundu young people in the Municipality of Caála, the Ovimbundu young man looking for his bride, the Ovimbundu young man's request to the girl, the presentation and their practices, alambamento (ovilombo) at the Ovimbundu wedding in Caála, duties of the groom's family and the bride's family in preparing for the wedding, polygamy in Ovimbundu cultures, divorce in Ovimbundu communities, the consequences of divorce in Ovimbundu communities in the Municipality in question. The third chapter was reserved for data analysis and treatment, presentation of the population and sample, research instruments, suggestions, bibliography, conclusions and annexes.

Keywords: Alambamento, Ovimbundu, Habits and Customs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Characterização Geral da Amostra dos casados inqueridos.....	40
Tabela 2-Questão nº 1- Já ouviram falar das culturas tradicionais nos casamentos dos ovimbundu?.....	41
Tabela 3-questão nº 2- Se sim, onde?.....	41
Tabela 4-questão 3- Qual é a média em termos de idade em que um jovem nas comunidades ovimbundu se considera apto para se casar?.....	42
Tabela 5-questão nº 4- Qual dos seguintes tipos de casamento predomina nas comunidades ovimbundu na Caála?.....	43
Tabela 6-questão nº 5- Qual dos dois (2) casamentos acima descritos tem sido mais sólido e duradouro?.....	44
Tabela 7-questão nº 6- Quais são os principais factores que estão na base da dissolução do casamento nas comunidades em estudo?.....	45
Tabela 8-questão nº 7- Como é tratada uma mulher divorciada na comunidade da Caála?.....	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Situação problemática	12
1.2 Objectivos	12
1.2.1 Objectivo Geral	12
1.2.2 Objectivos específicos	12
1.3 Contribuição do trabalho.....	12
1.4 Organização do Trabalho	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 O casamento	14
2.1.1 Evolução histórica do casamento.....	14
2.1.2 Casamento em Angola	15
2.2 Direito costumeiro no ordenamento jurídico angolano.....	15
2.3 O Casamento Tradicional (Alambamento), seus Ritos e Rituais na Comunidade Ovimbundu: caso em estudo no Município da Caála.....	16
2.4 Itens necessários para a realização do casamento tradicional.....	21
2.5 Aspetos culturais e geográficos do Município da Caála.....	23
2.6 Enquadramento Geográfico Histórico das comunidades Ovimbundu	24
2.7 A Cultura nas Comunidades Ovimbundu	25
2.8 Rituais do Casamento Tradicional (Alambamento) nos Ovimbundu	26
3. OVILOMBO NO CASAMENTO OVIMBUNDU NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.....	27
3.1 O contexto sócio-cultural do Alambamento	29
3.2 Mudanças no Alambamento por Influência Colonial Portuguesa .	30
3.3 O Divórcio nas Comunidades Ovimbundu da Caála.	33

3.3.1	A problemática da dissolução do casamento tradicional	33
3.4	Factores que estão na base da perda de valores culturais do Alambamento (aculturação).....	36
4.	ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	37
4.1	Metodologia usada no presente trabalho investigativo	37
4.1.1	4.1. Qualitativo.....	37
4.1.2	Exploratória.....	37
4.1.3	Bibliográfica	38
4.2	Análise e Tratamento de Dados	38
4.2.1	Designs da Pesquisa	38
4.2.2	Técnicas para Recolha de Dados	38
4.2.3	Inquérito por Questionário	39
4.2.4	População	40
4.2.5	Amostra.....	40
4.2.6	Caracterização da Amostra	40
4.2.7	Questionários aplicados aos casados.....	41
5.	NOTAS CONCLUSIVAS	48
6.	PROPOSTAS DE SOLUÇÕES.....	49
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
	ANEXO A -QUESTIONÁRIO	53

1. INTRODUÇÃO

Com este trabalho procurou-se estabelecer um contraste no sistema de casamento em Angola especificando uma particularidade que é o casamento tradicional em Angola, com a “força jurídica do costume” conforme consta no art.7.º consagrado na Constituição da República de Angola.

O Casamento "é, basicamente, um acordo entre duas pessoas que implica direitos e deveres recíprocos. Trata-se, no entanto, de um acordo complexo, já que além de envolver pressupostos sentimentais, engloba todo um conjunto de relações mais objectivas, onde se destacam as de carácter patrimonial" (LIMO, *et al.*, 1999, p.348).

Contudo, em Angola, existe o casamento tradicional que é celebrado e regulado por um costume. Esse direito que é consagrado na Constituição Angolana, porque, segundo Silva “a sua importância e abrangência no âmbito das fontes de direito e o seu papel catalisador de um verdadeiro pluralismo jurídico em Angola urge conferir referências privilegiadas do costume em Angola”(SILVA, Carlos Alberto B. Burity da, p.39).

A Constituição da República de Angola, ao reconhecer o costume conforme consta no art. 7.º da CRA, consagrou um direito Constitucional aos cidadãos angolanos enquanto indivíduos. A celebração do casamento tradicional passou de um ato tradicional em algumas regiões de Angola, como é o caso dos povos *Ovimbundu*.

“O direito tradicional ou habitual é o sistema de normas que, nas sociedades rurais o praticam, condiciona e rectifica as relações interpessoais dentro do grupo e para fora dele, ao mesmo tempo que protegem os interesses individuais e também ou sobretudo, colectivos. Dizem alguns especialistas que esse sistema não constitui exactamente um sistema jurídico, mas sim pré- jurídico e essas normas não são exactamente leis, mas sim práticas e costumes compulsivos”(ABRANCHES, Henrique, p.189).

O casamento em África e em Angola especialmente, não é excepção na sua pureza tradicional, mas é diferente dos casamentos ocidentais. Embora a sexualidade desempenhe um

papel importante, o casamento tradicional africano é, antes de mais, um meio de prolongar a linhagem de um clã.

Trata-se de um casamento que não envolve apenas dois indivíduos, mas sim duas famílias ou tribos que se tornarão uma só. Os principais sujeitos que intervêm no acto do casamento, não são apenas os nubentes, mas também as suas respectivas famílias e a própria estabilidade da união parece depender mais das relações recíprocas destas do que dos comportamentos dos cônjuges.

Com o casamento, entre os *Ovimbundo* da Caála, a mulher e o homem formam um novo agregado, reforçam a amizade e a aliança entre famílias, tribos, reinos e amigos. Esta aliança, que se forma entre os dois grupos familiares, constitui o núcleo das relações profundas das famílias. Nesta aliança, todos os membros da família colaboram na preservação dos valores culturais e na garantia da fecundidade e prolongamento do casamento.

No presente trabalho faremos a abordagem do casamento na comunidade *Ovimbundu* na província do Huambo, especificamente no Município da Caála, percebendo como este povo realiza os seus casamentos, quais são os passos para um casamento e os rituais mais frequentes neste mesmo processo.

Sabe-se que o alambamento é uma cerimónia tradicional na cultura angolana e necessário quando os jovens se amam e pretendem viver juntos. A palavra casamento é derivada de "casa", enquanto que matrimónio tem origem no radical *mater* ("mãe") seguindo o mesmo modelo lexical de "património".

É nesta perspectiva que sem esgotar o tema, falaremos do Casamento Tradicional (Alembamento) nos povos *Ovimbundu* no Município da Caála.

➤ **Causas da divergência**

- 1- Culturas diferentes
- 2- Aculturação
- 3- Falta de conhecimento.

➤ **Consequências**

- 1- Desentendimento das famílias

- 2- Separações de cônjuges
- 3- Desestruturação familiar

➤ **Soluções**

- 1- Criação de um centro de formação e divulgação do alambamento no Município da Caála.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

A presente pesquisa levou-nos a levantar o seguinte problema científico: Como se realizam os casamentos na comunidade *Ovimbundu* no Município de Caála? Que mecanismos devemos usar para que se possa criar um Centro de Formação e de Divulgação do Casamento Tradicional (Alambamento) no Município da Caála? Divergências no procedimento dos itens no Alambamento.

1.2 OBJECTIVOS

Tendo em conta o problema levantado elaborou-se os seguintes objetivos:

1.2.1 Objectivo Geral

- Criar um centro de formação e divulgação do Alambamento no município da Caála

1.2.2 Objectivos específicos

1. Elaborar estratégias para criação do centro de formação e divulgação do Alambamento no município da Caála.
2. Implementar estratégias para criação de um centro de formação e divulgação do Alambamento no município da Caála.
3. Implementar o centro de formação e divulgação para o casamento tradicional no município da Caála.

1.3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO.

O centro de formação e divulgação do Alambamento no município da Caála terá o objetivo de formar jovens e não só na comunidade *Ovimbundu* que é um dos grupos Bantu

maioritário em Angola, cuja cultura não se distancia muito de outros grupos étnicos que povoaram o país. Sendo o casamento uma instituição relevante para toda e qualquer comunidade, sendo este também o garante na continuidade do grupo, achamos bem-fazer uma abordagem exaustiva sobre o casamento nas comunidades *Ovimbundu* no Município da Caála, tendo em conta algumas tendências de aculturação e imitação que tendem a roubar a pureza original e tradicional do casamento naquela comunidade. Na nossa abordagem pretendemos propor a criação de um centro de formação e divulgação de alguns aspectos marcantes e de muita relevância do casamento nas comunidades *Ovimbundu* daquela circunscrição do país, e todos os passos que devem ser seguidos para que um casamento seja aprovado social e culturalmente, e para que este seja considerado duradouro.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho que aqui se apresenta, está organizado em três capítulos: o primeiro capítulo aborda questões atinentes aos conceitos do Casamento, tendo em atenção o método dedutivo. O segundo capítulo espelha sobre os *Ovilombo* no Casamento *Ovimbundu* no Município da Caála; e o último capítulo tem a ver com o encaminhamento metodológico e a análise de dados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O CASAMENTO

2.1.1 Evolução histórica do casamento

Podemos definir o casamento, seja ele religioso, civil ou costumeiro (tradicional; Alambamento), como uma das instituições mais antigas oriundas do costume. Esta prática é por norma incentivada por um direito ou dever moral, religioso ou por dignidade. Para alguns cidadãos, o casamento é uma das condições para obter alguns direitos dentro de uma comunidade, de um estado ou de um país.

Segundo a definição de Santos (p.125) “a palavra casamento derivou da palavra casa, que em latim significa: cabana tenda, prédio rústico, pequena quinta. É a união de duas pessoas de sexos diferentes, que vão viver juntos numa casa”.

Outros vocábulos empregues como sinónimo de casamento ou matrimónio são os termos núpcias e consórcio. Núpcias é a tradução literal de *nuptiae*, do verbo *nubere*, que significa cobrir-se, tapar-se. Consórcio é a conjugação de *cum* (com) mais *sors* (sorte), ao casarem partilham de uma sorte comum. "O termo casamento designa também, a situação jurídica resultante do ato (PRATA, Ana, p.239)".

Para o prof. Doutor Diogo Leite Campos (p. 160), "o casamento é uma parceria para toda a vida, uma comunidade conjugal de vida, plena, completa, total, exclusiva, indissolúvel, que transforma os cônjuges numa só carne, em todos os aspetos do seu ser e da sua vida". As pessoas que casam entre si são comumente chamadas de cônjuges passando a ser identificados por marido e mulher ou, esposo e esposa.

O casamento é um processo jurídico e, descontínuo que tira por si mesmo, em cada caso individual os seus limites e possibilidades. Segundo Varela(p.189) "o casamento é o ato jurídico fundamental do direito da família, pois através do vínculo matrimonial se constitui o cerne da sociedade familiar".

Segundo (CAMPOS, p.183), "o matrimónio não é uma simples comunhão de vida. É um pacto e é um contrato juridicamente vinculativo".

Em relação ao casamento tradicional angolano é por sua maioria, condicionado pela tradição dos pais da noiva e da origem destes. O casamento tradicional celebrado da população de origem bantu, por exemplo, é celebrado de uma maneira diferente dos povos de outras etnias.

2.1.2 Casamento em Angola

Em Angola, o principal objetivo do casamento é fazer passar a mulher da casa dos pais, tios ou avós, para a do marido. Além de implicar uma deslocação física para a jovem. O casamento também tem como finalidade marcar uma transformação dos jovens, para a mulher. Sendo que a partir do momento em que uma mulher é casada, altera-se o seu estado e estatuto social dentro da comunidade.

O casamento em Angola é celebrado com o “mútuo consenso” e ninguém é obrigado a casar sem o seu consentimento nos termos do art. 35.º do Código de Família Angolano.

Em Angola, existe para além do casamento Civil e do religioso o casamento tradicional. Este casamento é conhecido como o “pedido ou Alambamento (Monteiro, p. 169) ” que é celebrado antes do casamento Civil e religioso. A forma de celebração do casamento tradicional é por sua maioria, condicionado pela tradição dos pais da noiva e da origem destes. O Alambamento da população de origem *bantu*, por exemplo, é celebrado de uma maneira diferente das outras etnias.

2.2 DIREITO COSTUMEIRO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

O casamento tradicional em algumas zonas de África em particular nos *Ovimbundu em Angola* consiste na entrega de um conjunto de bens materiais e dinheiro que a família do noivo entrega à família da noiva oriundo de um vínculo contratual previamente celebrado consuetudinário entre as duas famílias.

A forte presença de hábitos e costumes trazem uma desregulamentação no ordenamento jurídico angolano, principalmente na área do direito de família onde em algumas regiões se sobrepõe ao direito positivo angolano. "É quase impossível fazer um

estudo aprofundado sobre o direito costumeiro em Angola sem a ajuda da antropologia bem como a sociologia angolana Carlos Feijó (ANGOP, 2016)".

Sendo Angola um país com fortes hábitos e costumes achou-se necessário reconhecer o costume na Constituição da República, no seu art. 7.º Costume onde se pode é reconhecida a legitimidade e força jurídica do costume que não vá contra a Constituição nem a dignidade da pessoa humana.

Com o reconhecimento do “costume” o legislador angolano abriu comportas permitindo que cada etnia em Angola celebre os seus costumes consoante os hábitos e costumes vigentes na sua etnia ou região e sobre tutela das autoridades tradicionais. As autoridades tradicionais no direito costumeiro angolano são tratadas por/como "Soba".

Os Sobas, ou ngana em língua e região do quimbundo, foram dois títulos adotados pelas autoridades coloniais e estenderam os nomes aos chefes de outras tribos de Angola. É título correspondente ao dignitário que responde, em termos divino e profano, pelo povo. Nos termos do art. 224.º do CRA, “autoridades tradicionais”, “As autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respetiva organização político comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei. ” Em Angola, as autoridades tradicionais funcionam como juízes nos tribunais costumeiros ou tradicionais.

2.3 O CASAMENTO TRADICIONAL (ALAMBAMENTO), SEUS RITOS E RITUAIS NA COMUNIDADE *OVIMBUNDU*: CASO EM ESTUDO NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.

O Casamento em África, não é exceção na sua pureza tradicional é diferente dos casamentos ocidentais. Embora a sexualidade desempenhe um papel importante, o casamento tradicional é, antes de mais, um meio de prolongar a linhagem de um clã.

Segundo Monteiro (p.170),

"trata-se de um Casamento que não envolve apenas dois indivíduos, mais sim duas famílias ou tribos que tornar-se-ão uma só. Os principais sujeitos que intervêm no ato do casamento, não são, pois, os nubentes, mas as suas respetivas famílias e a

própria estabilidade da união parecem depender mais das relações recíprocas destas do que dos comportamentos dos cônjuges".

"A expressão Casamento Tradicional refere-se à união matrimonial acompanhada de alembamento, que é uma formalidade ritual que confere valor jurídico à união, segundo o direito costumeiro (*Idem, Ibidem*)".

A celebração do Casamento Tradicional em Angola é considerada a garantia do cumprimento de um contrato sinalagmático celebrado entre as duas famílias. De mencionar que em Angola, o casamento tradicional né marcado por dois eventos.

A apresentação e o pedido. É celebrado um compromisso de honra, em forma de um ato solene pelo qual, as duas famílias prestam declarações e comprometem-se, com palavras de honra, a cumprirem o contrato promessa (a entrega do dote e da mulher) celebrado no ato do casamento tradicional.

Radcliffe-Brown (p.62) explica que o casamento tradicional se baseia no dote. O autor refere:

"O casamento tradicional pode ser entendido como uma forma tradicional de união conjugal existente nalgumas regiões de África, principalmente entre os povos Bantu. Refere-- se a um conjunto de preparativos e entregas de um dote que a família do noivo faz à da noiva, com o intento de legitimar o casamento e estabelecer novos laços de parentesco (também chamados laços de afinidade ou aliança), segundo o direito consuetudinário".

O dote consiste na entrega de certas quantias em dinheiro, roupas, calçados, bebidas, animais e determinados objetos. Por exemplo, em algumas sociedades (como em muitos países ocidentais), o ato de oferecer um anel com uma pedra de brilhante significa as intenções matrimoniais de quem faz a dádiva (prática que também já vem sendo utilizada em substituição do alembamento por algumas famílias angolanas).

Em Angola, as intenções matrimoniais não consistem meramente na celebração de um noivado, pelo contrário, aqui para o noivado é necessário a doação de uma série de bens materiais por parte do noivo doadas à família da noiva.

Segundo o Sociólogo (Makuta Nkondo, 2016):

"para os povos bantus a virgindade de uma menina a quem se pede a mão para um casamento (uma noiva) é muito importante. Uma mulher deve chegar virgem à casa do primeiro marido. Razão pela qual, pessoas do sexo oposto não devem ser amigas. Uma menina só tem amigas e um menino como amigos".

Guilouski e Costa, (2012) "afirmam que os rituais são cerimónias constituídas de gestos simbólicos repetitivos e intencionais que podem ter ou não conotação religiosa, sendo assim, estão presentes em todas as culturas".

Por meio da linguagem ritualística os seres humanos rememoram e atualizam mistérios e acontecimentos importantes de um passado distante, geralmente explicados por meio da linguagem mítica. Normalmente, os rituais são realizados com distintas finalidades como em cerimónias de casamento, processos de iniciação, ou passagem, litúrgicos, comemorativos ou festivos, entre outros.

Os ritos são gestos simbólicos repetitivos que expressam uma crença religiosa, um desejo, uma intenção, uma saudação, entre outras finalidades.

Uma Portaria do então Governo-Geral da Colónia de Angola, de 22 de Dezembro de 1948, "caracteriza o alambamento como a prova do casamento" (Portaria nº 6:546, de 22 de Dezembro de 1948, do Governo-Geral da Colónia de Angola, sobre poligamia).

Mas o instituto jus-consuetudinário do alambamento não é bem isso. Poderá ser, quando muito, mera prova presuntiva do casamento africano porque tem havido pagamentos de alambamento que não resultaram em nenhum casamento.

O padre Francisco Valente, depois de ter estudado o alambamento, no Huambo e arredores, até onde pôde fazê-lo, condenou-o no seu livro, escrito sobre a matéria, como um costume vexatório da dignidade da mulher africana e que, por isso, deve ser abolido (VALENTE, 1985, pp. 7 e sgs.).

Entretanto, um país onde o alambamento mereceu grandes debates são os Camarões, onde foi igualmente considerado como prática anacrónica e indigna do homem nos tempos modernos.

Valente cita algumas acções havidas naquele país, no tempo colonial, da parte de religiosos e, depois, da parte do governo colonialista francês, para abolir o alambamento através de sanções contra os seus praticantes. Mas tais sanções anti-alambamentistas não surtiram o efeito desejado, pelo que o governo colonialista francês teve que as revogar e tratar de repensar outro método que fosse eficaz, o qual nunca chegou a concretizar-se porque sobreveio a independência daquela colónia francesa (*Idem, Ibidem*).

Com a independência, retomaram-se os esforços, no novo país independente, para a abolição do alambamento, e, segundo Francisco Valente, nada se conseguiu, (*idem, ibidem*).

Em Angola os portugueses consideravam o alambamento como sendo a prova do casamento, quando na verdade não passa de mera prova presuntiva como já o dissemos.

Mas afinal de contas, o que é, em substância, o *alambamento*?

O *alambamento* é o dinheiro ou dotes que aquele que pretende uma rapariga para casar dá aos pais dela juntamente com alguns outros bens, como um boi, um porco, um pano ou um fato, e algumas bebidas a família da rapariga.

E como se formou a palavra *alambamento* entre os angolanos? *Alambamento* é um neologismo que os angolanos criaram para preencher a lacuna verificada na língua portuguesa para designar *ovilombo* (pedido de casamento) em *umbundu*; *ovilombo* vem do verbo *umbundu okulomba* (pedir).

Há quem refira ainda que *alambamento* vem da palavra *umbundu okulemba* (alegrar para consolar), por isso alguns pronunciam *alambamento* em vez de *alambamento*: porque a retirada da filha para o seu novo lar pode causar alguma tristeza aos pais, e há que consolá-los (com um presente!), explicam, assim, alguns filólogos a etimologia da palavra *alambamento*. Mas, acima de tudo, o *alambamento* é visto pelos africanos como um prémio à noiva pelo seu bom comportamento pessoal e pelo de seus pais que a criaram, porque não é muito fácil educar uma filha em virtudes, dadas as muitas tentações na vida que a espreitam. O bom comportamento dela pressupõe o bom comportamento dos seus pais, pelo que todos devem ser premiados: a filha e os seus pais! Esse prémio é que é exactíssimamente o *alambamento*!

Em suma podemos concluir que o pagamento do alambamento, como prémio à noiva e seus pais, assume-se como um dever da sociedade, dever que se metamorfoseia em ónus do noivo (na impossibilidade actual de a sociedade representada pelo Estado pagá-lo, por não estar suficientemente organizada para isso). “E, por último, como vimos, o alambamento é, ainda, a condição suspensiva do processo de casamento nos termos supraditos” (MBAMBI, 2014).

Vejam, pois, quão grande importância não terá o instituto jus- consuetudinário do *alambamento*! Entendemos, por isso, que os sistemas jurídicos africanos não devem descurá-lo! Devem intervir e combater sordideiras tendências mercantilistas que, por vezes, o inquinam, da parte de certos pais de noivas, oportunistas, que se servem do alambamento para *enriquecer*.

O alambamento é, para os africanos, um prémio à noiva e a seus pais, e, como supradito, é, acima de tudo, um estímulo às virtudes no seio das famílias africanas (*idem, ibidem*)!

Quanto a dimensão social, os *Ovimbundu* nos seus processos de casamento, reúnem famílias para actos relacionados ao casamento, que deverão reunir consensos para a efectivação do casamento, comem juntos, bebem e aproveitam ensinar os jovens que se casam como devem conviver socialmente quer seja com as suas famílias, assim como para a sociedade em geral. o aspecto material tem a ver com os bens que os familiares do rapaz levam no dia do alambamento para a família da rapariga, como por exemplo, o fato quer seja do pai ou da mãe, o cinto (*uvia woponda*) e outros meios necessários para a referida cerimónia.

O Casamento também visa regular a prole, a herança e a ordem social, que são as funções mais antigas das cerimónias de casamento. para west gallen, reconhecer a variabilidade e os significados das cerimónias de casamento pode permitir que as pessoas entendam as razões pelas quais elas são mantidas na sociedade moderna (segalen, 2002, p.119).

Azevedo, falando do casamento em sua pesquisa sobre namoro e noivado, disse que a interpretação dos componentes morais e estruturais da instituição é parte importante da análise da organização social de pessoas simples e complexas (AZEVEDO, 2004; p. 76))

Acreditamos que o casamento é um sistema que marca a vida humana pelos canais que produz. com o passar do tempo, o casamento se tornou uma ferramenta importante para a manutenção de grupos sociais e uma parte da cultura que representa toda a raça humana.

Portanto, quando Azevedo falava das regras do casamento, definia-as como regras e padrões derivados da organização social, do sistema de parentesco e dos tabus do incesto, que determinam a escolha do cônjuge e a união matrimonial aprovada (*idem, ibidem*)

Chegamos a um acordo com diversos autores que acreditamos que o casamento é uma expressão cultural alegre que visa permitir aos jovens a transição para a idade adulta, é também um acto de união de diferentes grupos sociais em relações íntimas. portanto, a realização do casamento pode ser alcançada por meio de diferentes rituais e expressões culturais em todos os aspectos, e essas expressões envolvem as famílias de ambas as partes, os amigos de meninas e meninos.

2.4 ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO CASAMENTO TRADICIONAL.

Falando concretamente das cerimónias do casamento entre os *Ovimbundu*, o primeiro passo é o contacto entre os jovens que pode ser de dois tipos: contacto arranjado pelos pais ou tios ou contacto voluntário dos futuros noivos. No contacto arranjado, são os pais e tios dos jovens que indicam para o seu filho a futura mulher ou o futuro marido com quem ela deve se unir em matrimónio, depois de se estudar a família da menina e do rapaz. O nível de amizade existente, as práticas desta família, a sua estabilização social e económico são entre outros factores que levam os pais a influenciar na escolha da esposa ou do marido para os seus filhos.

Do outro lado, a rapariga depois deste primeiro contacto que às vezes, sem saber já discutido pelos pais, ela vai informar à sua tia e esta por sua vez, informa aos pais da rapariga que podem ser surpreendidos ou não, no caso de surpresa, estes também por sua vez estudam o comportamento social da família do jovem, só depois orientam para a rapariga, se poderia aceitar o jovem ou não.

Concordamos com os nossos entrevistados, pois o casamento busca laços entre diferentes grupos sociais, que através do casamento de duas pessoas, os dois grupos sociais deverão partilhar em muitos eventos sociais, pelo que os mais velhos sempre tiveram o cuidado

de fazer um estudo minucioso do futuro parceiro do seu filho ou filha, para acautelar as futuras divergências entre os grupos.

O casamento na comunidade *Ovimbundu*, o seu consentimento é, em grande medida, manifestado pelos familiares de ambas partes, tais como: tios, pais, avos e tantos outros elementos com profunda credibilidade e respeito no seio familiar (ANDRÉ CHIMUCO, 2022).

Quando o assunto é casamento então a coisa é séria e não é aconselhável o jovem começar sozinho este processo sem que a família se envolva porque na tradição umbundu tem-se dito que (*vakwelakwela epata kavakwelakwela ukã ale ulume*) se casa a família e não somente o homem ou a mulher, o que significa que a esposa deve ser querida pela família e não apenas pelo marido. Ainda que o jovem diga que esta moça não é comportada, mas a família aprova a referida rapariga, ele deve casar porque assim a família aprovou, mesmo quando houver problemas no relacionamento, a família responsabilizar-se-á. Assim sendo, o jovem *umbundu* na procura da futura noiva, deve obedecer alguns procedimentos tais como:

1-Cabe a ele encontrar uma rapariga a quem ele venha amar de forma indirecta, antes, mas terá a obrigação de contar ao tio ou falar com um membro idóneo da família esse assunto. A família por sua vez vai espoletar um conjunto de pesquisas para apurar a vida comportamental da família da rapariga que na verdade é o rosto daquilo que, futuramente poderá ser a esposa. Após esse passo, se se apurar que a família da rapariga tem “ficha limpa”, agora o processo deixa de ser do rapaz e passa a ser da família. Todo esse processo, às vezes, pode ser efetuado sem o conhecimento da rapariga em alguns casos.

2- Há casos em que o jovem não procura noiva, quem procura para ele são os familiares e tudo pelo facto dos familiares, os tios terem o poder e a obrigação de trazer para a família bons hábitos e costumes por intermédio das noivas que os tios escolhem para os seus sobrinhos.

3- Com muita frequência as famílias têm optado no casamento endogêno, ou seja, casamentos entre primos, tio e sobrinha, em fim, com o objectivo de manterem a pureza das boas práticas e hábitos saudáveis no seio familiar. A ideia tem-se baseado na falta de confiança de outras famílias, pelo facto do casamento ser a porta de entrada na outra família e

de práticas repudiáveis como: bruxaria (*okulyangula*), feitiçaria (*owanga*) drogar o marido (*okulisa ulume*) e tantas outras que mancham o bom nome da família.

Segundo Monteiro:

"Trata-se de um casamento que não envolve apenas dois indivíduos, mas sim duas famílias ou tribos que se tornarão uma só. Os principais sujeitos que intervêm no acto do casamento, não são, pois, os nubentes, mas as suas respectivas famílias e a própria estabilidade da união parece depender mais das relações recíprocas destas do que dos comportamentos dos cônjuges" (MONTEIRO, 1994, p.170).

2.5 ASPETOS CULTURAIS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DA CAÁLA

Falando concretamente do Município da Caála que é o nosso local de investigação, temos a frisar o seguinte:

Quanto a sua caracterização geográfica, a Caála é uma vila e Município de Angola que pertence a Província do Huambo. Tem 3 680 km² e cerca de mais de 373 mil habitantes. O município da Caála localiza-se na parte central da província do Huambo, tendo como limites a Norte os municípios do Ecuinha, a Este o município de Huambo, a Sul o município de Chipindo Província da Huila, e a Oeste os municípios de Longonjo e Caconda. É constituído pelas comunas de Caála-sede, Kuima, Kalenga e Katata. O desenvolvimento da zona iniciou-se com a chegada do caminho-de-ferro, em 1912. Localização do bairro CRC no município da Caála. Pertenceu até 1922 à circunscrição do Huambo. Entre 1922 e 1934 pertenceu à circunscrição do Lépi, quando esta foi transferida para a Caála. Em 1956 foi elevada a concelho. Até 1970 designou-se Vila Robert Williams, em homenagem ao magnata britânico Robert Williams que impulsionou a construção do Caminho de Ferro de Benguela. Em 15 de Junho de 1970 passou à categoria de cidade passando a designar-se Robert Williams. Voltou à designação original em 1975 como Caála com a proclamação da independência.

A maioria da população da Caála pertence ao grupo étnico *Ovimbundo* e a principal língua nacional é o *Umbundu*.

A principal actividade da população é a agricultura e a província foi em tempos considerada o celeiro de Angola, sendo o milho a cultura mais relevante.

As principais dificuldades que os munícipes enfrentam são:

- 1- A falta de resolução imediato nas suas preocupações.
- 2- Abaixa assistência medico-medicamentosa.
- 3- Insuficiência ao saneamento básico.
- 4- Morosidade de respostas nas suas solicitações.
- 5- Falta de meios de comunicação para as comunidades.
- 6- Falta de fertilizantes para os agricultores, e tantos outros.
- 7- A falta de um Centro de formação e divulgação para a realização do casamento tradicional.
- 8- A perda de valores culturais no Município, entre outras.

2.6 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES *OVIMBUNDU*

Após uma breve discussão teórica, determinaremos e estabeleceremos um quadro histórico para a comunidade *Ovimbundu* na expansão territorial de Angola desde as suas origens.

Portanto, *Ovimbundu* será descendente do povo *Bantu* que se estabeleceu no Planalto Central. No entanto, as hipóteses sobre a origem dos *Oysteridae* são diversas e nem sempre é possível chegar a um consenso. Essas hipóteses dividem-se entre a hipótese de que *Ovimbundu* é natural de Benué (um vale no leste da Nigéria), a hipótese que defende a hipótese de que será o resultado de uma mistura de outros grupos e a hipótese de que eles acreditam que se misturam. Descendente do autor das pinturas rupestres *Kañilili*.

Segundo a primeira hipótese, segundo os seus autores, os ovos deveriam ter atravessado o Atlântico e se estabelecido em Benguela. Por serem agricultores, foram para o Huambo e o Planalto Bié, onde as terras são mais férteis. Esses autores usam dados linguísticos para apoiar essa hipótese. Portanto, segundo ele, certos termos usados por *ovimandu*, em vez dos usados pelos bantos mais próximos, são mais semelhantes aos igbo da Nigéria. Esse é o caso de "*Suku*" (Deus), "*omunu*" (pessoa) e "*twendi*" (deixar ir). Por exemplo, *Kimbundu* usa a palavra "Zâmbia" para se referir a Deus (LUKAMBA, 1987, p. 42).

Os partidários da segunda hipótese afirmam que *Ovimbundu* é uma combinação de vários grupos étnicos angolanos. Portanto, não são homogêneos (S. PAULO, 1952, p. 123).

Defensores dessa hipótese, os estudiosos insistem na lingüística e acreditam que o ovimbundo seja descendente do bakongo, pois, segundo eles, a língua umbundo é uma síntese do bantu-congo e do bantu-lunda.

Na verdade, em nossa opinião, essa hipótese tem uma certa base científica, porque a partir de sua posição no planalto central, *Ovimbundu* pode ser conectado a *Ambundo* no centro da cidade de *Kasanji*; está conectado a Cokwe e Luda, e *Nganguela* no leste. Está intimamente relacionado com *Nyaneka* no sul. sul. Pode até explicar sua poderosa versatilidade e impressionante capacidade de adaptação a diferentes habitats dessa relação simbiótica, ou seja, esse mal-entendido não se limita à linguagem e à biologia, mas também à adoção de conhecimento, tecnologia e forma. Um esforço coletivo para lutar contra as adversidades naturais (*Idem*, 123).

Assim, podemos perceber a origem da etnia *Ovimbundu* e, a partir das buscas realizadas, queremos apenas acrescentar que pesquisas futuras, sejam elas linguísticas, arqueológicas ou de tradição oral, podem fornecer outras informações importantes para a compreensão da etnia *Ovimbundu*. dados. A origem do *Ovimbundu* e trouxe uma nova fonte de informação para o grupo.

2.7 A CULTURA NAS COMUNIDADES OVIMBUNDU

Após uma breve introdução às características históricas e origens da tribo *Ovimbundu*, apresentaremos a cultura da comunidade *Ovimbundu*. Segundo Malumbu (2005), "além de participar diretamente das manifestações sociais dessas atividades, para *Ovimbundu*, não há melhor forma de introduzir novos conhecimentos às pessoas e forjar novos conhecimentos em usos, costumes, tradições e crenças".

Segundo a autora, um deles é o ondjango no processo de educação não formal, que é uma escola tradicional reconhecida em uma grande estrutura familiar, onde as crianças são levadas para aprender aspectos gerais da vida com os mais velhos. Desempenha um papel importante na educação precisamente porque reúne mestres cerimoniais e transmite o conhecimento que eles acumularam ao longo do tempo para o filho mais novo. No ondjango, narrativas orais e outros textos incorporados em códigos orais (como provérbios e charadas) também são considerados objetos de ensino (*idem*).

Para a comunidade *Ovimbundu*, em onjango, a educação dos mais jovens é transmitida por meio de conhecimentos ancestrais, que são transmitidos dos idosos à nova geração, e os jovens devem dominar esses conhecimentos para se prepararem para os desafios da vida. É no onjango que os jovens migram da adolescência para a idade adulta e difundem valores culturais e tradicionais, portanto, como o casamento (*olowela*), a fase iluminista da circuncisão (*evamba / ekwenje*) e seus rituais) e outros jovens devem caminhar para a integração. Os costumes culturais da sociedade estão avançando.

2.8 RITUAIS DO CASAMENTO TRADICIONAL (*ALAMBAMENTO*) NOS *OVIMBUNDU*

Os casamentos tradicionais em Angola obedecem a muitos aspectos importantes, simbólicos e solenes, quer seja para a noiva ou noivo, para a família da noiva ou do noivo, ou para todos os participantes envolvidos.

De acordo com Soba Adriano Kahanse (2023), na operação *ovilombo* contra a comunidade da Caála, alguns tecidos africanos (geralmente tecidos congolezes) foram substituídos pelas cerimônias de recepção do noivo. É uma espécie de tapete ou tapete para mostrar respeito pela família. Antes de a tia da noiva do noivo entrar, a família do noivo é obrigada a depositar dinheiro para entrar no território dos pais da noiva.

Segundo nossos entrevistados, ao entrar na casa da noiva ou no local escolhido para o casamento, o noivo é cercado pelas tias da noiva, que se preparam como se fossem um rei. Limpe seus sapatos, descubra os fatos, limpe sua testa. Na sala de conferências, a família do noivo está à direita e a família da noiva à esquerda. No altar frontal e central, há duas cadeiras para os noivos. A cerimônia começa de acordo com a carta do pedido.

O anfitrião da família da noiva inicia a cerimônia, esperando dar as boas-vindas à família do noivo e convidá-los a falar. Por outro lado, o porta-voz do noivo explica os motivos que os levaram a ir à casa da noiva, embora os fatos sejam bem conhecidos. Em seguida, apresenta a todos os familiares que o acompanham

3. OVILOMBO NO CASAMENTO OVIMBUNDU NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.

Após a etapa acima, surgiu um dos momentos mais marcantes da cultura tradicional do casamento, que é a entrega de *ovilonbo*, etapa que não só marca o futuro casal, mas também todos os envolvidos no tema do casamento.

“Angola é um país multicultural e multiétnico. Uma breve confirmação sócio- histórica de certos grupos, raças e culturas em Angola, e já que se trata de mulheres, vale a pena descrever a tradição mais antiga, e essa tradição pode perdurar até hoje” (TEIXEIRA, 2015, p. 32).

Alambamento (proposta à noiva) é uma tradição cultural muito longa, supostamente mais importante do que os casamentos folclóricos ou religiosos (*idem*, p. 32).

Segundo Clara, o *alambamento* consiste em uma série de rituais tradicionais, por exemplo, o conteúdo de uma carta deve incluir o pedido da mão da noiva, oferta e, às vezes, até dinheiro (CLARA, 2010, p. 13).

Quando o jovem casal de namorados decide casar, é necessário ter o consentimento da família da noiva e para tal é preciso que durante a reunião familiar toda a família chegue a um consenso. Os familiares marcam o dia do pedido (*ovilonbo*), este dia é marcado pelos tios da noiva. Para reuniões familiares, dê uma lista do que o noivo deve ser capaz de coletar. Esta lista contém vários produtos, que podem variar de acordo com a origem e etnia da família da menina em questão. A data da encomenda (*ovilonbo*) está fixada e o noivo enfrenta o desafio de recolher todos os produtos solicitados pela família da noiva, pois pode perder qualquer coisa. Só para citar alguns: o rico envelope prescrito pelo tio, o lenço branco que costumava simbolizar a pureza da noiva, o terno do pai, um par de sapatos, chapéus de três pontas e as roupas para a mãe da menina e outros bens que são vitais para o pedido (*ovilonbo*) (TEIXEIRA, 2015, p. 33).

O casamento desempenha um papel fundamental no amadurecimento e responsabilidades dos futuros casais e na estabilidade das suas relações ao longo da vida. Este é um marco importante e deve marcar seus muitos anos de vida.

"É no acto de alambamento que as famílias chamam atenção aos jovens no sentido de como se deve tratar sempre bem a mulher ou o homem e não apenas nos primeiros anos. Pois o facto de ter dado alambamento não justifica uma conduta de contínua escravidão. Se o rapaz não a estima como deve, ela poderá deixá-lo e ir para junto da família deste. E os familiares aconselham sempre a tomar, logo de início, uma norma de proceder nem suave, nem dura demais, mas respeitar sempre a sua maneira de ser e de pensar, para assim poderem viver em paz" (MASSANGA, 2014, p.123).

Os *ovilombo* desempenham um papel fundamental, pois tem sido o elo entre as duas famílias que deverão se envolver em todas as suas facetas e servem para que todas as famílias participem do testemunho do casamento dos jovens, assim como mostrar aos jovens a solenidade do casamento e levarem em conta o respeito da união de casamento celebrado na presença das grandes figuras familiares e que o jovem casal não deverá, de ânimo leve, frustrar os conselhos recebidos durante as cerimónias do casamento.

Tecidos africanos, pedidos, dotes e presentes simbólicos definem os casamentos tradicionais. Na comunidade Gungue, a acomodação vai muito além do dedo anular do dedo, muito além do joelho dobrado apoiado no chão. Este é um elo muito importante porque elogia a família e é considerado o pilar da felicidade.

Segundo Mbambi, alambamento é uma palavra nova criada pelos angolanos para preencher lacunas na verificação da língua portuguesa, pelo que *ovilombo* é designado como objeto de proposta de casamento no umbundo. Para o autor, a palavra *ovilombo* vem do verbo *okulomba*, que significa "perguntar" em português. A pronúncia deste idioma no alojamento também foi alterada. A palavra vem da palavra *okulemba* (por exemplo, console). Segundo o depoimento: "Mudar uma filha para um novo lar vai causar um pouco de dor para os pais, e eles devem ser consolados (agora!)" (MBAMBI, 2014, p. 2).

Mas, o mais importante, os africanos acreditam que o alambamento é uma boa recompensa para a noiva, por causa de seus bons modos pessoais e dos pais que a criaram, e porque não é fácil educar sua filha na virtude, porque nela existem muitas tentações à espreita na vida. O seu bom comportamento baseia-se no bom comportamento dos pais, por isso todos devem ser recompensados: filha e pais! Esse prêmio passa a ser alambamento! (*idem, ibidem*).

3.1 O CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL DO ALAMBAMENTO

Por que é que actualmente o Povo *Ovimbundo* não se importa muito com a realização do casamento tradicional (*alambamento*)?

Alambamento ou Pedido é um acontecimento muito mais importante do que o casamento civil ou religioso e consiste em pedir a mão da namorada à família, mais propriamente ao tio, que tem um papel fundamental para que o casamento se concretize.

Casamento ou matrimónio é um vínculo estabelecido entre duas pessoas, mediante o reconhecimento governamental, religioso (vide casamento religioso) ou social e que pressupõe uma relação interpessoal de intimidade, cuja representação arquetípica é a coabitação, embora possa ser visto por muitos como um contrato.

A perda cultural do casamento tradicional nos povos *Ovimbundu* o dito Alambamento e a falta de um centro de divulgação desta tradição levou-nos no Município da Caála a descrever esta temática.

A falta de explicações empíricas sobre os factores que condicionam a diminuição da prática do casamento tradicional (*alambamento*) na contemporaneidade, no seio dos *Ovimbundu*, está na base das razões que nos levaram ao tema em questão. Saber quais são as reais consequências para família e para a sociedade *Ovimbundu*, que advém das uniões concebidas sem o Alambamento, constituem as perguntas de partida da nossa pesquisa.

A prática do casamento tradicional entre os *Ovimbundu* reduziu de forma drástica. Esse período é marcado pela assinatura da paz efectiva em Angola e que deu abertura do país ao resto do mundo, permitindo o contacto com povos vindos do Ocidente que na época anterior a Guerra Civil não viajava para Angola.

Actualmente algumas famílias não atribuem o valor simbólico ao *alambamento* devido às novas tendências da globalização. De um modo geral, este tipo de comportamento tem muito a ver com a dinâmica cultural e a crise económica que afetou a sociedade angolana. O trabalho foi pensado como uma forma de reflexão crítica para despertar a sociedade sobre os possíveis perigos da alienação cultural.

Como pesquisador que faz parte dessa sociedade, tenho observado mudanças culturais. Uma vez que é de grande importância que a cultura do *alambamento* seja respeitada e valorizada, pois a manutenção da sociedade e dos hábitos culturais, em parte, depende do casamento tradicional.

"No entanto, a modernidade é sinónimo da sociedade moderna ou civilização industrial e está associada a um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; um complexo de instituições económicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa; a primazia e a centralidade do indivíduo e não, do grupo como sujeito de direitos e de decisões; o primado da subjectividade; o pluralismo e a ideologia; a concepção linear de história; a realimentação mútua entre ciência e tecnologia, com a hegemonia de sua racionalidade própria; o predomínio cada vez maior do simbolismo formal de cunho numérico-matemático (informática); a pesquisa e industrialização em níveis diversos de qualidade técnica (transformadora, inovadora, criadora); a burocratização e a organização política da sociedade" (MAXWELL, 2013, p.27).

3.2 MUDANÇAS NO *ALAMBAMENTO* POR INFLUÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA

Colonizar tornou-se sinónimo de civilizar o que por sua vez, significava submeter compulsivamente as populações locais através do aproveitamento da sua mão de obra. Mussane (*apud* MACAGNO, 2001, pp.74-76).

O objetivo do colonialismo português desde a sua chegada no nosso país era de alienar as populações africanas de formas a convertê-las ao cristianismo e conseqüentemente explorá-las culturalmente sob a bandeira da “civilização”. Para o colonizador a “civilização” deveria ser Portuguesa, estando o resto dos grupos étnicos de Angola dentro desta regra. O objetivo da ideologia colonial Portuguesa em relação ao casamento *Bantu* (*Alambamento*), era de reduzi-lo aos parâmetros do casamento civil Ocidental e cristão, de formas a inverter o verdadeiro significado desta instituição, vendo ela apenas como um acto de compra e venda da mulher, ou seja, uma total falta de consideração e respeito para com a cultura do autoctone.

"No entanto a acção colonial portuguesa de desarticular as populações locais por meio da subjugação cultural foi tão forte que as mais acções podem ser observadas no contexto angolano entre, onde as ligações tradicionais de assistência e solidariedade com o grupo de parentesco e a comunidade mais ampla começaram a diminuir e foram substituídas por uma dependência do dinheiro e por uma nuclearização dos agregados familiares. A vida na aldeia piorou bastante, sobretudo a vida das mulheres e das crianças, o nível nutricional baixou drasticamente. A prostituição se tornou uma das formas de a mulher ganhar dinheiro, sobretudo no Sul de Angola onde eram maltratadas pelas famílias dos maridos, que se encontravam a trabalhar nas minas ou roças na África do Sul" (MUSSANE,2009, p.30).

"Ainda de acordo com o autor, por causa dessas dificuldades causadas pelos colonos às mulheres começaram a ser sexualmente exploradas pelos europeus e com a chegada das tropas portuguesas a prostituição aumentou de forma generalizada" (*Idem, Ibidem*).

"Antes, a poligamia funcionava como um mecanismo de controle social, e é por isso que não era frequente esta prática que era tradicionalmente condenada" (ALTUNA, 2006, p.30).

"Quando o divórcio era muito difícil, muitas delas fugiam para as cidades com a intenção de ganhar dinheiro suficiente para poder reembolsar o "lobolo" à família do marido, sendo que a prostituição era a única oportunidade para garantir o seu sustento e o dos filhos. Com a colonização começou a transformação da estrutura social dos tsonga. A autoridade tradicional (os chefes e os anciãos) não foi valorizada e aos poucos Portugal começou a utilizar os chefes tradicionais para fins administrativos e políticos. Em alguns casos os chefes tinham consciência disso e tentaram fazer o melhor possível para defender a sua aldeia e a sua tribo" (*Idem, p.31*).

De acordo com o Padre Francisco Valente (*apud* Mbambi, 1997, p.1), depois de ter estudado o *Alambamento* no Huambo e arredores, até onde pode fazê-lo, "condenou no seu livro, escrito sobre a matéria, como um costume vexatório da desigualdade da mulher Africana e que isso deveria ser abolido".

Deste modo, essas explicações sobre o *Alambamento* estão muito distantes de corresponder com a verdade e de entrar na verdadeira amplitude do casamento Banto, em particular dos Caalenses. No entanto, inferimos que essas informações são fruto da ideologia colonial portuguesa de dominação, para melhor dominar as populações, em parceria com a

religião católica, que desde sempre esteve presente a quando da ocupação colonial Portuguesa, e, tinham como objetivo deformar o real sentido e objectivo da instituição do Alambamento e substituí-las pelas suas ideologias eurocêntricas (casamento civil e religioso).

"A ideologia colonial, no campo social, para além de impulsionar a crise de valores culturais, dividiu os Angolanos em duas classes sociais: “assimilados” e “indígenas”. Entre as mesmas a perda de valores culturais viria afectar mais a classe “assimilada”, devido ao contacto directo e quase sempre permanente com o colonizador, os “assimilados” procuravam pautar a sua conduta de acordo com os padrões da cultura portuguesa. Segundo em 1950 as estatísticas da famosa assimilação mostravam que o número de nativos assimilados era tão diminuto que só 1% da população de toda Angola nesse ano era assimilada" Kamabaya (*apud* AGOSTINHO, 2011, p.15).

Um exemplo concreto da magnitude dessa assimilação são as populações de Luanda. Nessa província surgiram várias mudanças nas regras do casamento *Bantu* na época da colonização portuguesa (1951 a 1970), dentre elas destacam-se os seguintes: a perda do valor da virgindade, o acréscimo do garrafão de vinho, a substituição da figura dos emissários (intermediários) por uma simples carta de pedido, o desaparecimento da resistência matrilocal temporária e a anulação do rito de passagem denominado por *mussula*, que marca a entrada da mulher ao *status* de mãe (*idem, ibidem*).

O emissário que antigamente era intermediário do *Alambamento* foi substituído pela carta do pedido, que até hoje vigora na instituição do *Alambamento*. Por esta causa os mais velhos já não são respeitados como antigamente, na verdade essa questão tem muito a ver com a aculturação através da assimilação da cultura veiculada através dos meios de comunicação de massa. Devido à influência colonial e, conseqüentemente, da cultura ocidental, o ritual do *Alambamento* perdeu força, uma vez que muitas famílias já não praticam por influência da tal civilização ou mesmo por vergonha e acharem a prática do casamento local como algo ultrapassado.

Em suma, temos a inferir que existe uma grande influência colonial em torno da realização do *Alambamento* actualmente, o povo da Caála e assim como os de Luanda, passou

a observar o casamento tradicional como uma prática sem expressão cultural, algo que não vale nada para a sociedade contemporânea.

Estas ideologias constituíram uma marca negativa no nível da consciência colectiva, de modo que, apesar dos *Ambundo* de Luanda continuar a dar ênfase ao casamento tradicional, passaram a encará-lo como um produto não acabado e para concluí-lo e/ou efectivá-lo julgavam que deveriam também casar segundo os cânones do casamento civil e cristão. (AGOSTINHO, 2011, p.25).

Tal como aconteceu na província de Luanda e em outras partes do país, hoje em dia a população da Caála tende a não olhar para o *Alambamento* como um casamento que simboliza a cultura nacional, muito pelo contrário, o olhar sobre esta cerimónia cultural é um olhar eurocêntrico, feito com desprezo e quase sem interesse.

Porém, apesar de todas as transformações não favoráveis a prática do *Alambamento*, o casamento tradicional ainda tem persistido dentro da sociedade da Caála, pois ainda existem certas famílias conservadoras que se regem dentro dos parâmetros do casamento tradicional (*Alambamento*).

Por conseguinte, é bastante importante promover a reafirmação dos valores locais e das tradições culturais no seio dos mais velhos e jovens para que eles passem a ter um olhar positivo sobre a questão do *Alambamento*, uma vez que eles são a força motriz da sociedade, e cabe a eles darem continuidade aos hábitos e costumes que existem dentro da sociedade angolana, de formas a perpetuar a sua preservação no sentido de se evitar um possível desaparecimento.

3.3 O DIVÓRCIO NAS COMUNIDADES *OVIMBUNDU* DA CAÁLA.

3.3.1 A problemática da dissolução do casamento tradicional

Os critérios para a dissolução do casamento tradicional não fogem aos do direito canónico. Por este motivo, e tal conforme consta no cân. 1056 – infra, “ as propriedades essenciais do matrimónio são a unidade e a indissolubilidade, as quais, em razão do sacramento, adquirem particular firmeza no matrimónio cristão”, no casamento tradicional, o divórcio não

é permitido, salvo em caso da impossibilidade de reconciliação do casal por motivos que forem considerados por ambas as famílias imperdoáveis, como o adultério ou homicídio.

(RADCLIFFE, p.179) refere: “uma vez que o casamento envolve a transferência de gado para o seu pai e, o divórcio implica a sua devolução ao marido, é sobretudo cumprindo as suas obrigações de esposa e deste modo evitando o divórcio, que uma mulher realiza a sua obrigação para com os seus pais”.

Segundo (STRAUSS, p.301), “se o divórcio não se faz por consentimento mútuo, o marido pode exigir, em lugar dos presentes de casamento, que um outro membro da família lhe seja entregue como mulher, uma irmã, uma sobrinha ou uma tia”.

Quando o motivo do divórcio é a infidelidade do homem, o mesmo é obrigado a pagar uma multa à sua esposa, bem como à família da mesma.

Segundo (Santos, p. 285). “O dever de fidelidade, ao contrário dos restantes deveres conjugais, é conteúdo negativo. Enquanto os outros deveres obrigam a prestações positivas, este exige abstenções ou prestações negativas. Com efeito, está hoje ultrapassada a conceção que identifica a violação do dever de fidelidade com o adultério. E também o adultério não se deve entender apenas como relação sexual consumada entre uma pessoa casada e outra que não o seu cônjuge. O adultério será todo o ato sexual praticado voluntariamente por quem é casado com outrem que não o seu cônjuge”.

Porém, o quando o divórcio é culpa da infidelidade da mulher, a família da mulher é obrigada a devolver o dote do casamento e, pagar uma multa decidida pelo tribunal tradicional. Contudo, a justiça tradicional em alguns casos, pode colidir com os detalhes dos conceitos adotados pelo direito positivo. Aconteceu, uma mulher acusada de adultério ter de se despir no julgamento tradicional, algo que segundo o direito positivo é condenável”(CHICOCA, Armando, 2015).

Desde a traição, o divórcio nesta comunidade foi causado por vários motivos, principalmente mulheres, morte e vários mal-entendidos.

Para Vaz Ferreira, a dissolução natural do casamento é a morte de um dos cônjuges. No entanto, devido a muitas razões diferentes, muitas vezes acontece que a convivência não

pode ser sustentada. Devido à ruptura da família, o contrato não cumpriu o seu objetivo legal (FERREIRA, 1961, p. 11).

Em todas as comunidades, o divórcio, em grande medida, sempre trouxe consequências prejudiciais, especialmente quando é inútil causar tais consequências. Os filhos não têm um paradeiro exato. Ora estão nas mães, ora estão nos pais. Nessa marcha, eles perderam uma educação que pode ser melhor administrada.

Segundo os nossos entrevistados (SOBA MÁPEA, e o regedor SOBA LUÍS, 2023), "alegam que as reais causas do divórcio são: a morte de um dos companheiros, a traição, a brucharia, o mal comportamento das famílias, o feiticismo, e por outra a tentativa de a mulher drogar o marido".

Na comunidade da Caála, quando as esposas saem e trazem suas coisas para o possível entendimento entre marido e mulher, é necessário devolvê-las às suas casas, não podendo mais retornar a essas coisas, pois se diz que essa ferramenta foi afetada pelo vento. O marido deve recebê-lo novamente, o que deve ser feito, mas a esposa deve entrar na entrada do utensílio retirado de casa quando a esposa sair. Agora, esta é outra consequência de tentar o divórcio e depois a outra parte desistir.

No entanto, se o homem se divorciar de sua esposa e se casar com outra, o novo marido terá que reembolsar todas as despesas de alambamento (*ovilombo*) por causa da cerimônia solene da tradição okulomba em que a esposa se torna propriedade especial do marido. O novo marido vai pagar o preço da falta de respeito (*elaviso*).

Percebemos que, seja poligamia ou divórcio, as mulheres parecem ser a parte mais vulnerável e os filhos sempre sofrem com a atitude dos pais.

Sendo assim, acabamos de descrever os aspectos que achamos pertinente abordar no trabalho e apresentamos todos os aspectos pertinentes sobre o casamento na comunidade *Ovimbundu* da Caála e todos os seus elementos culturais que devem ser observados para qualquer processo de casamento.

Prosseguiremos com o capítulo terceiro, no qual discutiremos a análise e o processamento dos dados e a apresentação dos resultados da pesquisa.

3.4 FACTORES QUE ESTÃO NA BASE DA PERDA DE VALORES CULTURAIS DO ALAMBAMENTO (ACULTARAÇÃO)

O casamento tradicional (*alambamento*), em especial a perda do seu valor simbólico, nos (*Ovimbundu*), é um dos objetivos que se pretende procurar entender através de uma pesquisa bibliográfica, as causas que estão por de trás da perda do valor simbólico do *Alambamento* no seio da sociedade.

O processo de aculturação se dá pelo contacto de duas ou mais matrizes culturais diferentes, isto é, pela interação social entre grupos de culturas diferentes, sendo que todos, ou um deles, sofrem mudanças, tendo como resultado uma nova cultura. Há quem refira ainda que *alambamento* vem da palavra *Umbundu (okulemba)* que significa alegrar para consolar, por isso alguns pronunciam *alembamento* em vez de *alambamento*: "porque a retirada da filha para o seu novo lar pode causar alguma tristeza aos pais, e há que consolá-los com um presente, explicam, assim, alguns filólogos sobre a etimologia da palavra *alambamento*" (AGOSTINHO, 2011).

Mas além da aculturação transmitir elementos de uma cultura para outra, ela também pode causar uma espécie de desorganização social. E isso pode causar o desaparecimento, em parte ou todo, de composições interiores ou mesmo fundir elementos para criar uma nova composição. Mas, acima de tudo, o *alambamento* é visto pelos africanos como um prémio à noiva pelo seu bom comportamento pessoal e pelo de seus pais que a criaram, porque não é muito fácil educar uma filha em virtudes, dadas as muitas tentações na vida que a espreitam. "O bom comportamento dela pressupõe o bom comportamento dos seus pais, pelo que todos devem ser premiados: a filha e os seus pais" (AGOSTINHO, 2011).

4. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

4.1 METODOLOGIA USADA NO PRESENTE TRABALHO INVESTIGATIVO

O presente trabalho está centralizado essencialmente na pesquisa bibliográfica e documental dominada pelos livros. No desenrolar deste trabalho utilizamos os métodos teóricos como: análise- síntese e a comparação. Esta pesquisa tem a finalidade aplicada na medida em que tem o seu interesse na aplicação das questões que têm surgido no dia-a-dia, relacionados com a Criação de um Centro de formação e Divulgação do Alambamento no Município da Caála.

Para este trabalho investigativo, foi escolhido o método científico dedutivo, o modelo qualitativo, junto com as pesquisas do tipo Exploratória e Bibliográfica.

4.1.1 4.1. Qualitativo

Por ser um modelo que não se preocupa com os números, mas sim com relação ao aprofundamento e de como ela será compreendida pelas pessoas [...] e os pesquisadores que utilizam este modelo, procuram explicar o porquê das coisas precedida, através da análise dos conteúdos das teorias existentes, na busca da explicação do problema (*Vide*. Educação Portal, 2013).

Segundo RODRIGUES, William Costa (2007, p.9.) a "pesquisa qualitativa se caracteriza pelo facto de ela ser descritiva; as informações obtidas não poderem ser quantificáveis; os dados obtidos são analisados indutivamente; a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa qualitativa". Este método permite ao investigador tirar as suas próprias conclusões da pesquisa que faz e é enraizado na percepção dos sujeitos. Em nosso entender, é um modelo mais flexível e criativo ao permitir e exigir da nossa parte como pesquisadores um juízo de valor, opinião dos conceitos, fazer inferências e dar o nosso ponto de vista naqueles casos em que são mesmo necessários.

4.1.2 Exploratória

Por ser nos dizeres de (GIL, 2008), uma pesquisa que tem por objectivo familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido ou pouco explorado, e que depois de uma grande

pesquisa exploratória, a pessoa (pesquisador) estará dotado de bastantes conhecimentos sobre o assunto, e apto para formar hipóteses relacionadas com o assunto pesquisado, bem como pensar em métodos para solucionar o problema.

4.1.3 Bibliográfica

Porque apesar de um assunto ser pouco explorado ou conhecido, há sempre alguns autores que tenham pelo menos tentado falar a respeito do mesmo, quer a partir de referências teóricas publicadas em livros, entrevista, artigos de autoria de profissionais na área de História, leis, revistas, etc; uma vez que o problema em estudo verifica-se em quase todos os países do mundo, (CERVO, Amado Luiz, *et. al.* 2007.)

4.2 ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

4.2.1 Designs da Pesquisa

A nossa busca teve como fundamento o a criação de um centro de formação e divulgação do casamento tradicional (alambamento) nas comunidades *ovimbundu* da Caála. A nossa pesquisa é Descritiva, e segundo Gil (1999, P.43), "este tipo de pesquisa tem como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno, estabelecimento de relações entre variáveis". Utilizamos para tais fontes bibliográficas, inquérito por entrevistas e por questionário.

4.2.2 Técnicas para Recolha de Dados

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Trata-se de um método de análise textual que se utiliza em questões abertas de questionários e (sempre) no caso de entrevistas. A análise de conteúdo, é uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.

Ou seja, é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto, sendo aplicável a todos os meios de comunicação e tipos de conteúdos.

O nosso instrumento de pesquisa é o inquérito por questionário. O inquérito tem como objectivo a recolha de dados que podem ser analisados estatisticamente para revelar padrões ou regularidades (GIDDENS, 2010, p. 650). A aplicação do questionário é um procedimento clássico das ciências sociais para a obtenção de informações.

Quanto aos instrumentos de recolha de dados, usamos as seguintes técnicas:

4.2.3 Inquérito por Questionário

Embora nem todos os projectos de pesquisa utilizem o questionário como instrumento de recolha e avaliação de dados, este é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências da educação. Construir questionários não é, contudo, uma tarefa fácil, mas aplicar algum tempo e esforço na sua construção pode ser um factor favorável no “crescimento” de qualquer investigador. Não existe um método-padrão para se formular um questionário. Porém, existem algumas recomendações, bem como factores a ter em conta relativamente a essa importante tarefa num processo de pesquisa. Para Deshaies (1992):

Um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interacção directa entre estes e os inquiridos. (*Idem*, p.55)

O questionário é extremamente útil quando um investigador pretende recolher informação sobre um determinado tema. Deste modo, através da aplicação de um questionário a um público-alvo constituído, por exemplo, de alunos, é possível recolher informações que permitam conhecer melhor as suas lacunas, bem como melhorar as metodologias de ensino podendo, deste modo, individualizar o ensino quando necessário. Este método de investigação, como qualquer outra técnica de investigação, relaciona-se com o método pelo qual se optou, tendo como suporte o modelo de análise construído. De acordo com Pardal & Correia (1995): “Os preparativos de construção de um questionário válido, isto é, capaz de recolher a informação necessária, pressupõem um conjunto de procedimentos metodológicos e técnicos, não necessariamente faseados, mas de preferência interactivos, que vão desde a formulação do problema até à aplicação (...)” (*Idem*, p.53)

A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto.

4.2.4 População

Segundo Gomes (2003, p. 27), define população como sendo o grupo de elementos distintos possuindo certo número de características comuns, sendo estes elementos chamados também de unidades populacionais, sobre os quais serão recolhidas informações.

Para a nossa pesquisa, determinamos como população 35 casais no Município da Caála.

4.2.5 Amostra

Amostra é um subconjunto de indivíduos da população alvo e para que as generalizações sejam válidas, as características da amostra deve ser as mesmas da população (Gomes, 2003, p. 28). Selecionamos uma amostra aleatória de apenas 25 casados. Dos quais 18 (72%) do sexo Masculino e 7 (28%) do sexo feminino.

4.2.6 Caracterização da Amostra

Tabela 1- Caracterização Geral da Amostra dos casados inqueridos.

Idade dos inquiridos	N.º de casados inquiridos	Percentagem
26 a 30	8	32%
31-40	9	36 %
41-50	7	28 %
55	1	4 %
Total	25	100 %

Fonte: (Autor,2023).

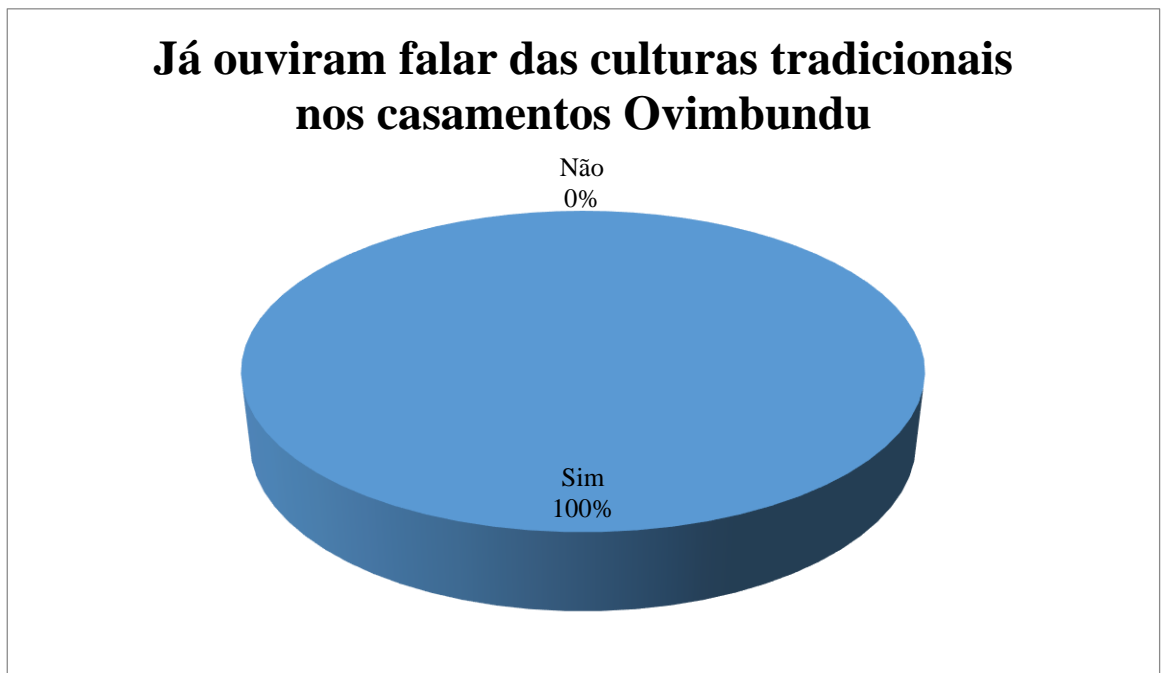
4.2.7 Questionários aplicados aos casados

Tabela 2-Questão n° 1- Já ouviram falar das culturas tradicionais nos casamentos dos ovimbundu?

Respostas	N.º de casados	Percentagem
Sim	25	100 %
Não	0	0 %
Total	25	100 %

Fonte: (Autor,2023).

Gráfico 1-Já ouviram falar das culturas tradicionais nos casamentos Ovimbundu



Fonte: (Autor,2023).

Quanto a esta tabela n.º2, na questão n.º1, todos inquiridos na proporção de 25 casados correspondente a (100%), responderam que sim já ouviram falar das culturas tradicionais nos casamentos nos *Ovimbundu*, e que também passaram por estas práticas.

Da amostra apresentada 100 % afirmam categoricamente que já ouviram falar dos casamentos tradicionais.

Tabela 3-questão n° 2- Se sim, onde?

Pela Rádio	2	8 %
Televisão	1	4%
Em palestras	1	4%
No seio familiar	19	76%

Nos livros	2	8%
Pelo jornal		
Total	25	100%

Fonte: (Autor,2023).

Analisando a tabela n.º 3, 2 casados o que corresponde a (8%) responderam terem ouvido sobre o tema pela rádio, 1 casado, (4%) disse que ouviu por meio da televisão, 1 casado (4%) respondeu ter ouvido em palestra, 19 casados (76%) responderam terem ouvido no meio familiar, 2 casados (8%) têm alguma informação por meio da leitura de um livro, o que perfaz 100% da amostra.

Dos inquiridos, a maioria da amostra apresentada na tabela supracitada afirma que em termos de questões relacionadas com a cultura tradicional dos casamentos dos *Ovimbundu* ouvem sempre no seio familiar.

Tabela 4-questão 3- Qual é a média em termos de idade em que um jovem nas comunidades ovimbundu se considera apto para se casar?

Respostas	N.º de casados	Percentagem
Rapazes-18 anos	11	44%
Rapazes-20 anos	3	12%
Meninas-15 anos	6	28%
Meninas-17 anos	5	16%
Total	25	100%

Fonte: (Autor,2023).

Analisando os dados da tabela n.º4, 11 casados (44%), responderam que os rapazes se casam em média aos 18 anos de idade, 3 casados responderam que os rapazes se casam em média aos 20 anos de idade, 6 casados (28%) disseram que as meninas se casam aos 15 anos de idade, e 5 casados responderam que as meninas em média se casam aos 17 anos de idade, o que faz 100% da nossa amostra.

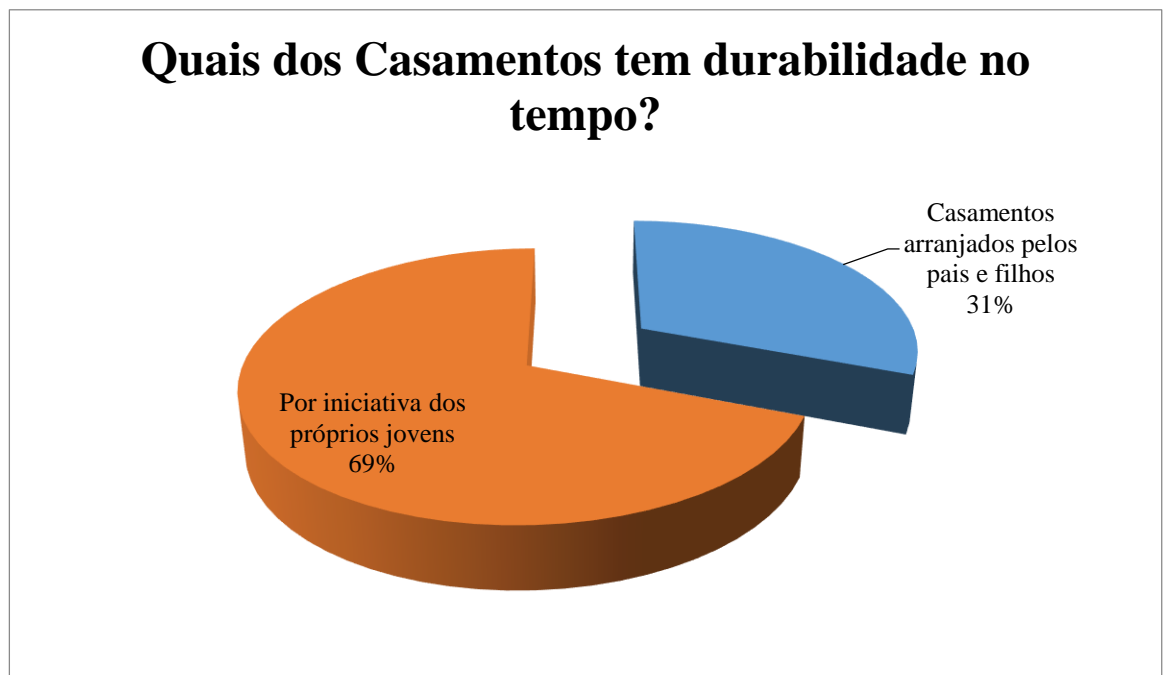
Na visão do Soba Adriano Kahanse (2008), as meninas podem casar aos 15 e 17 anos, e quanto aos rapazes, estes podem contrair o matrimónio aos dezoito em diante.

Tabela 5-questão n° 4- Qual dos seguintes tipos de casamento predomina nas comunidades ovimbundu na Caála?

Respostas	N.º de casados	Percentagem
Casamentos arranjados pelos pais e tios	16	64%
Por iniciativa dos próprios jovens	9	36%
Total	25	100%

Fonte: (Autor,2023).

Gráfico 2-Quais dos Casamentos tem durabilidade no tempo?



Fonte: (Autor,2023).

Quanto à tabela acima, 16 casados (64%), responderam que a maior parte dos casamentos no Município da Caála são arranjados pelos pais dos jovens e 9 casados (36%) disseram que a maioria dos casamentos actualmente é feita por iniciativa dos jovens, fazendo 100% da nossa amostra.

O casamento na comunidade *Ovimbundu*, o seu consentimento é, em grande medida, manifestado pelos familiares de ambas partes, tais como: tios, pais, avós e tantos outros elementos com profunda credibilidade e respeito no seio familiar (ANDRÉ CHIMUCO, 2022).

O que nos dá a entender que na comunidade *Ovimbundu* os casamentos arranjados pelos familiares ou pelo consentimento dos mesmos é que predominam nesta comunidade.

Segundo Monteiro:

"Trata-se de um casamento que não envolve apenas dois indivíduos, mas sim duas famílias ou tribos que se tornarão uma só. Os principais sujeitos que intervêm no acto do casamento, não são, pois, os nubentes, mas as suas respectivas famílias e a própria estabilidade da união parece depender mais das relações recíprocas destas do que dos comportamentos dos cônjuges" (MONTEIRO, 1994, p.170).

Tabela 6-questão nº 5- Qual dos dois (2) casamentos acima descritos tem sido mais sólido e duradouro?

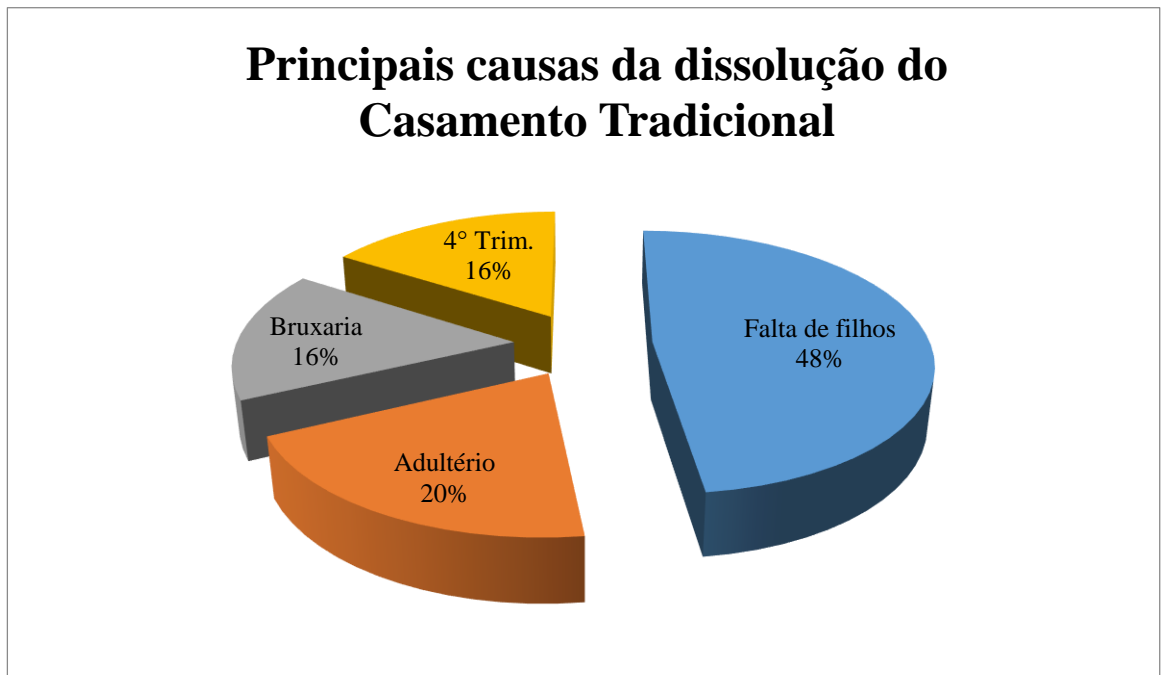
Respostas	N.º de casados	Percentagem
Casamentos arranjados pelos pais e tios	20	80%
Por iniciativa dos próprios jovens	5	28%
Total	25	100%

Fonte: (Autor,2023).

Quanto à tabela em questão, podemos observar que 20 casados (80%) defenderam que os casamentos mais duradouros são os arranjados pelos pais dos jovens e 5 Casados (20%) disseram que os mais duradouros são os de iniciativa dos jovens, o que perfaz 100% da amostra.

Das inferências que se podem apreender é trata-se de um casamento que não envolve apenas dois indivíduos, mas sim duas famílias ou tribos que se tornarão uma só. Os principais sujeitos que intervêm no acto do casamento, não são, pois, os nubentes, mas as suas respectivas famílias e a própria estabilidade da união parece depender mais das relações recíprocas destas do que dos comportamentos dos cônjuges" (MONTEIRO, 1994, p.170), portanto, parece-nos que os casamentos arranjados pelos pais e tios e familiares ou com o consentimento destes são mais sólidos e duradouros.

Gráfico 3-Principais causas da dissolução do Casamento Tradicional



Fonte: (Autor,2023).

Tabela 7-questão nº 6- Quais são os principais factores que estão na base da dissolução do casamento nas comunidades em estudo?

Respostas	N.º de casados	Percentagem
Falta de filhos	12	48%
Adultério	5	20%
Bruxaria	4	16%
Feitiçaria Práticas de drogar o marido	4	16%
Total	25	100%

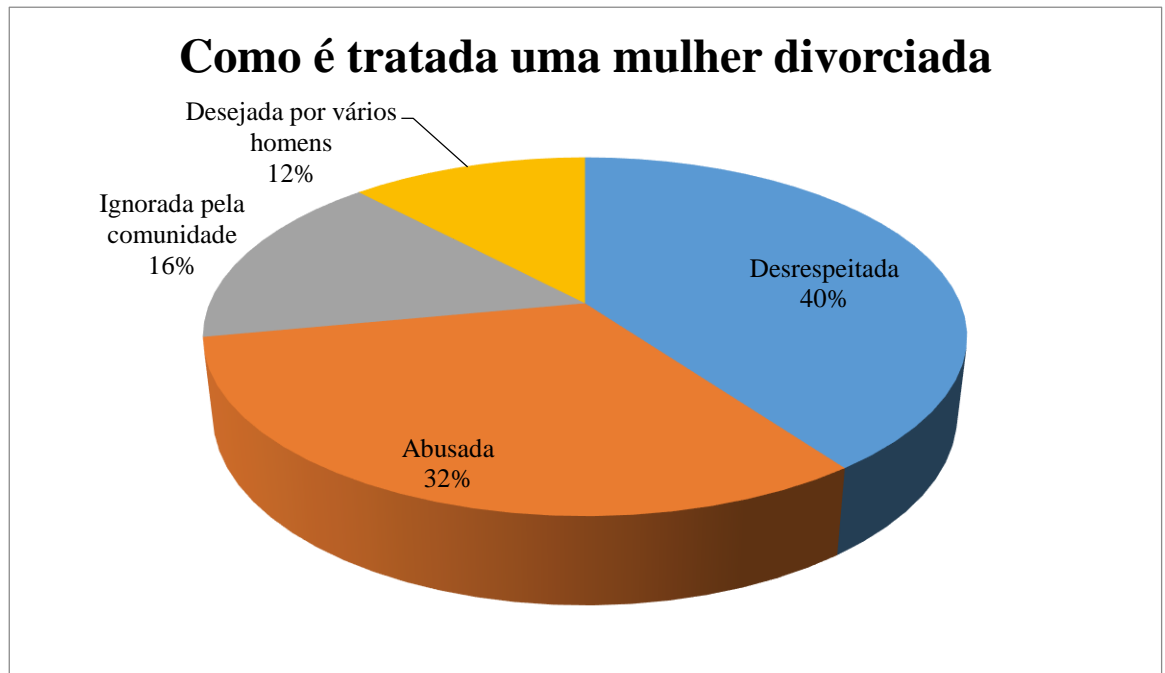
Fonte: (Autor,2023).

A tabela revela que 12 casados (48%) optaram pela falta de filhos como principal factor da dissolução do casamento, 5 casados (20%) apontaram a poligamia, 4 casados (16%) apontaram a poligamia e 4 casados (16%) apontaram pela ingerência familiar como causa da dissolução dos casamentos, o que perfaz 100% da amostra.

E na perspectiva de Paz Ferreira (1961, p.11) "alega que a dissolução natural do casamento é a morte de um dos cônjuges". "No entanto, devido a muitas razões diferentes, muitas vezes acontece que a convivência não pode ser sustentada. Devido à ruptura da família, o contrato não cumpriu o seu objetivo legal" (*Idem, Ibidem*).

E segundo os nossos entrevistados (SOBA MÁPEA, e o regedor SOBA LUÍS, 2023), "alegam que as reais causas do divórcio são: a morte de um dos companheiros, a traição, a brucharia, o mal comportamento das famílias, o feiticismo, e por outra a tentativa de a mulher drogar o marido e não ter filhos". E nós concordamos plenamente com estas causas mencionadas, que tem que ver com a ruptura do casamento.

Gráfico 4-Como é tratada uma mulher divorciada



Fonte: (Autor,2023).

Tabela 8-questão nº 7- Como é tratada uma mulher divorciada na comunidade da Caála?

Respostas	N.º de casados	Percentagem
Desrespeitada	10	40%
Abusada	8	32%
Ignorada pela comunidade	4	16%
Assediada por vários homens	3	12%
Total	25	100%

Fonte: (Autor,2023).

Quanto a esta última questão, 10 casados (40%) responderam que a mulher divorciada é desrespeitada, 8 casados (32%), responderam que é abusada, 4 casados (16%) disseram que é ignorada no meio da comunidade e 3 casados (12%) disseram que a mulher divorciada é assediada por muitos homens.

Dos entrevistados (SOBA MÁPEA, e o regedor SOBA LUÍS, 2023), afirmam que uma mulher divorciada na comunidade em estudo é tratada como se disponível a todos, é desejada por vários homens e é desrespeitada, tudo porque não tem protecção.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

Por ser um trabalho de carácter científico, foram recorridos a várias obras de autores da área e da metodologia de investigação, no sentido de melhor compreender o fenómeno do insucesso escolar e de modo a melhorar e aperfeiçoar as normas de um trabalho científico.

O Casamento no Município da Caála na província do Huambo é parte da História dos povos Bantu que habitam no território angolano, e como académicos, achamos ser uma abordagem de capital importância para o conhecimento de todos. Desta feita, chegamos as seguintes conclusões:

1. Os grupos *Ovimbundu* fazem parte dos *Bantu* que habitam no território angolano, com algumas especificidades nas suas crenças e culturas, que na sua pureza original podem enriquecer a História dos povos de Angola. As crenças, usos e costumes e tradições, são transmitidas no *onjango* que é uma instituição onde são transmitidos e onde as velhas gerações transmitem conhecimentos para as novas gerações e prepará-las para a sua integração social;
2. Os casamentos nas comunidades *Ovimbundo* da Caála, podem ser arranjados pelos pais ou por iniciativa dos tios ou dos próprios jovens, quando é pela iniciativa dos jovens, o rapaz comunica ao seu tio o desejo de se casar com a menina e este por sua vez irá transmitir para os pais deste e a rapariga também transmite a uma tia o desejo apresentado pelo rapaz e a tia também comunica para os pais da menina. Depois da informação, quer seja a família do rapaz, como a família da rapariga, estudam de que família o rapaz/rapariga são e analisar se importa ou não aceitar este casamento que irá unir as duas famílias;
3. Nestas comunidades, quando o casamento é arranjado pelos pais, são estes que sensibilizam os filhos para o casamento, isso acontece principalmente quando os pais do rapaz e da rapariga forem amigos;
4. Nas comunidades da Caála, a poligamia para os homens não se constitui um problema, desde que tenha o poder económico, como gado e terras para o cultivo, como garante da manutenção das famílias por este constituídas.

6. PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

A elaboração de um trabalho académico não pressupõe o esgotamento de uma determinada temática, pois esta elaboração não é feita de forma cabal. Por esta razão, achamos que este é apenas mais um dos trabalhos que podem ajudar a enriquecer o acervo bibliográfico existente sobre o tema. Sugerimos que:

✓ O tema seja abordado por outros académicos e em horizontes diversificados, utilizando outras fontes de modo a dar a conhecer a população académica e não só, um conhecimento mais profundo sobre os casamentos tradicionais em Angola, com destaque ao casamento dos *Ovimbundu* no Município da Caála;

✓ Considerando que o casamento marca a vida de todos homens, e por ser, sugerimos que o tema seja abordado com maior profundidade, de modo a permitir um amplo debate e cativar o interesse dos estudantes pelos assuntos relacionados com o casamento;

✓ Que haja mais debates e dissertações sobre o tema de modo a compreender e fazer saber sobre todos os aspectos ligados a este povo de capital importância para a História de Angola.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Henrique. **Direito Tradicional e Agregado Familiar** – Revista da Faculdade de Direito: Universidade Agostinho Neto. Luanda, N.º 4, 2004.

AGOSTINHO, M. **Alambamento no seio dos Ambundu da Província de Luanda**. 2011.

Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2011.
Disponível em
<http://mateusbineagostinho.blogspot.com/2014/11/vbehaviorurldefaultvml0.html>. Acesso em: 23 out. 2018.

ALTUNA, P.R.R. A, **Cultura Tradicional Bantu, Lunda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral**, 1985.

ARMANDO, Chicoca.2015 AZEVEDO, T. **O quotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos da vida**. Recife: Editora Massangana, 2004.

BROWN, A.R Radcliffe – **Estrutura e função nas Sociedades Primitivas**. Lisboa: Edições 70, LDA. 1989. Título original: Structure and Function in Primitive society.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica, ed.6ª.2007.

FERREIRA, V. **À Lei do divórcio (comentário)**. Lisboa: Aillaud e Bertrand. 1961

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade, Trad. Plínio Dentzien**, Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GIL, António Carlos. **Como elaborar projectos de pesquisa**. São Paulo,2008

GONÇALVES, M. L. M. **Introdução ao direito canónico**. Petropolis (RJ): Vozes, 2004.

GUILOUSK, Borres, DINA, Raquel D. da. Ritos e Rituais. In: Jornada Interdisciplinar de pesquisa em Teologia e Humanidades. Anais... Curitiba. PUC PR, 2012. Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php2joinith?dd99=pdf&dd1=7577>>. Acesso em:04 de jul. 2016

KAHANSE, Adriano, 2023.

LIMA, Maria Antónia Pedroso de – **Grandes Famílias Grandes Empresas**. Porto: Publicações Dom Quixote, 2002.

LIMO, António; SILVA, Joaquim Rodrigues da; CARVALHO, Nuno Calçado - **O Cidadão perante a lei: Direitos, Liberdades, Proteção da vida Privada**. Lisboa: Edico, 1999.

LUÍS. S. Conversa, 2023.

LUKAMBA, A. **Evangelização, encontro vivo na cultura umbundu de Angola**, 1987

MALUMBU, Mo. Os Ovimbundu: Tradição – Economia e Cultura Organizativa. Edizioni Vivere, 2005.

MÁPIA, S. **Conversa**. 2023.

MARCON, M. LAKATOS, **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas; 2003.

MASSANGA, J. P. **Diversidade cultural em Cabinda**: Estudo sobre as identidades e práticas culturais dos Bawoios do Estudo sobre as identidades e práticas culturais dos bawoios do yabi. Dissertação apresentada ao programa de grau de Mestre, Belo Horizonte. Faculdade de Educação de UFMG, 2014.

MBAMBI, M. **O Alambamento nos Direitos africanos**. Disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Moisés-Mbambi-o-Alambamento-nos-Direitos-Africanos.Pdf>. Acesso em 31 de Maio 2016.

MEDINA, Maria do Carmo – **Direito de Família Anotado**. 2.ª ed, revista e atualizada. Luanda: Faculdade de Direito da UAN, 2005.

Portaria nº 6:546, de 22/12/1948, do Governo-Geral da Colónia de Angola.

PRATA, Ana – **Dicionário Jurídico**. 5ª ed. Lisboa: Almedina, 2015.

RODRIGUES, William Costa, **Metodologia Científica**. Brasil, 2007.

S.Paulo. McCulloch, M. The Ovimbundu of Angola. London, 1952.

SEGALEN, M. **Ritos e rituais contemporâneos**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

SILVA, Carlos Alberto B. Burity da – **Teoria Geral do Código Civil**. 2ª ed. Luanda: Edição da Faculdade de Direito da UAN, 2014.

SEGALEN, M. **Ritos e rituais contemporâneos**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TEXEIRA, A. **Educação Integral e Educação do corpo**, Currículo sem Fronteira, v. nº 15. 2015.

TEXEIRA, A. **Educação Integral e Educação do corpo**, Currículo sem Fronteira, v. nº 15, 2015.

VALENTE, Francisco (Padre), **A problemática do matrimónio tribal**,... Lisboa, 1985.

VARELA, A. **Direito da Família**. Vol. I, 5.ª ed. Lisboa: Petrony, 1999.

Vide. **Educação Portal. Metodologia Científica: Tipos de pesquisa**, 2013

ANEXO A -QUESTIONÁRIO

TEMA: CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ALAMBAMENTO NO MUNICÍPIO DA CAÁLA

Prezado inquirido,, este questionário destina-se a recolha de informação sobre o Alambamento , e de que forma o podemos ciar um centro de formação e divulgação do Casamento Tradicional. O anonimato e a confidencialidade das respostas são integralmente garantidos. Neste questionário não há respostas corretas ou erradas, uma vez que o importante responda a todas perguntas de acordo a sua opinião.

1. Género
 Masculino---
 Feminino---

2 IDADE DOS INQUIRIDOS

Questão nº 1- Já ouviram falar das culturas tradicionais nos casamentos dos ovimbundu?

R:-----

Questão nº 2- Se sim aonde?

R:-----

Questão 3- Qual é a média em termos de idade em que um jovem nas comunidades ovimbundu se considera apto para se casar?

R:-----

Questão nº 4- Qual dos seguintes tipos de casamento predomina nas comunidades ovimbundu na Caála?

R:-----

Questão nº 5- Qual dos dois (2) casamentos acima descritos tem sido mais sólido e duradoiro?

R:-----

Questão nº 6- Quais são os principais factores que estão na base da dissolução do casamento nas comunidades em estudo?

R:-----

Questão nº 7- Como é tratada uma mulher divorciada na comunidade da Caála?

R:-----

MUITO OBRIGADO!